

A militância laboral e a cibercultura: Produtores ativistas no ciberespaço

André Peralta Grillo¹

Resumo: Neste trabalho buscar-se-á analisar o desdobrar dos novos movimentos sociais. Uma análise que perpassa pela experiência do autor observando o grupo rede de militância laboral “Circuito Fora do Eixo. A percepção de grupos associados à produção de atividades culturais, mas na se restringem a mesma temática suas redes de contatos. As redes sociais se ampliam para temas além do tema inicial. O itinerário do trabalho segue o desenvolvimento das NTIC, da influência da Contracultura e da ascensão do “trabalho imaterial”; em seguida vem a como tema a interação da cibercultura com os “novos movimentos sociais”; e a experiência do Fora do Eixo e da Mídia Ninja.

Palavras – chave: cibercultura; ciberativismo; novos movimentos sociais; contracultura.

Este artigo tem como objeto a confluência entre trabalho e militância na sociedade em rede, a partir da experiência da rede de militância laboral “Circuito Fora do Eixo”. O Fora do Eixo surge da articulação de coletivos de produção cultural de diferentes partes do país. Formada por coletivos que, a princípio, se dedicam à produção de artistas e de eventos culturais, principalmente shows e festivais de música, as atividades da rede vão se diversificando e, gradativamente, passam a assumir um cunho militante. Este é gestado pela intervenção e atuação em defesa do fortalecimento de políticas públicas para a cultura, contribuindo para a dotação de sentido militante que a atuação de seus agentes e coletivos assume, seja pelo sentido de engajamento e dedicação às suas atividades (laborais), seja pela incorporação de pautas progressistas que expressam anseios da juventude e da defesa de

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela UFJF.

direitos humanos (como legalização das drogas, do aborto, defesa de grupos marginalizados e excluídos, de novos modelos de família e estilos de vida), articulando-se com inúmeros movimentos sociais, associados diretamente à juventude ou não. A rede, integrada como um circuito cultural, se fortalece como movimento social a partir de 2011, ao se envolver diretamente em uma série de manifestações (como a marcha da maconha) e se aproximar de vários outros movimentos, como o MST. Seu trabalho como um todo, sua comunicação, o fortalecimento de sua identidade, de seus vínculos afetivos, seus fluxos de reciprocidade, tem como pilar as novas TIC's, em uma alternância e mistura de vivências online e offline, mantendo e reforçando laços formados em encontros presenciais e circulação de agentes. Sua atuação política se destaca através do chamado midiativismo, ou seja, a cobertura (por múltiplos meios e em tempo real ou não) de protestos, manifestações e intervenções públicas coletivas diversas da sociedade civil, organizadas ou não por movimentos. A partir da experiência acumulada com a cobertura de eventos e com as primeiras coberturas de manifestações, seus agentes consolidam um núcleo de midiativismo específico (podendo ou não ser ocupado pelos agentes da mídia FDE), a Mídia N.I.N.J.A. (Narrativas Independentes Jornalismo e Ação), que ganha destaque pela cobertura das manifestações de Junho de 2013. Meu objetivo aqui é contextualizar o que chamo de “ativismo laboral” a partir das implicações na sociabilidade, no trabalho e no engajamento político (instâncias intimamente imbricadas na vivência dos agentes do Fora do Eixo) da cibercultura e das TIC's contemporâneas, tendo como pano de fundo as reconfigurações destas na sociedade em sentido amplo e também mais especificamente no mundo do trabalho contemporâneo, discutindo a influência das mutações da chamada “sociedade em rede”, “capitalismo cognitivo”, “sociedade do conhecimento”, e do predomínio do “trabalho imaterial” na vida, trabalho, identidade e engajamento político, amalgamados em experiências coletivas recentes como a rede Fora do Eixo. Para tal desiderato sigo o seguinte roteiro: primeiro, caracterizar as mudanças do capitalismo a partir do desenvolvimento das NTIC, da influência da Contracultura e da ascensão do “trabalho imaterial” como elemento hegemônico na criação de valor (tendo como referências principais Manuel Castells, a obra conjunta de Boltanski e Chiapello e a discussão sobre “Trabalho Imaterial” de André Gorz); em seguida, tematizar a relação da cibercultura com os chamados “novos movimentos sociais”; e por fim, apresentar a experiência do Fora do Eixo e da Mídia Ninja como uma expressão sui generis de articulação

dos elementos anteriormente discutidos, configurando-se em um movimento no qual trabalho, vida e militância tornam-se um só.

Manuel Castells (1999) procede a uma análise minuciosa das implicações das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) na formatação do que chama de “sociedade em rede”. Três pontos da argumentação do autor são em especial relevantes a este artigo, levando-se em conta algumas limitações da análise de Castells (como uma espécie de determinismo tecnológico que transparece no desenvolvimento do pensamento do autor e um certo déficit sociológico (RUDIGER, 2001).

O primeiro se refere à influência da Contracultura nas transformações observadas na sociedade contemporânea. A “revolução informacional”, segundo o autor, reflete “a cultura da liberdade, inovação individual e iniciativa empreendedora oriunda da cultura dos campi norte-americano da década de 60” (CASTELLS apud RUDIGER, 2011, p. 139). Além disso, a “ética hacker” se vincula diretamente ao espírito da Contracultura, sendo fundamental, na descrição que faz da chamada “revolução informacional”, o papel de pessoas imbuídas do espírito da Contracultura, ciosas de tornar acessíveis, à população em geral, as novas tecnologias que foram desenvolvidas inicialmente em projetos militares (sendo de início de uso exclusivo destes e de algumas universidades), em processo que irá desembocar nas redes telemáticas e na Internet (CASTELLS, 1999, p. 49-81).

O segundo ponto se refere à suposta desconstrução da relação de receptor e espectador passivo da mídia e dos produtos da indústria cultural, por uma relação em que os consumidores são também produtores em potencial de conteúdos: “usuários e criadores podendo tornar-se a mesma coisa²”.

Esse ponto é crucial para a discussão sobre a nova dinâmica de participação e atuação em manifestações, assim como na quebra do monopólio da grande mídia na vinculação de informação.

² “O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimento e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento e comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e uso. (...)As novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. Usuários e criadores podem tornar-se a mesma coisa” (CASTELLS, 1999, p. 50-51).

Agora todos nós nos convertemos em potenciais cidadãos jornalistas que, com pouco equipamento, podem gravar e em seguida pôr nas redes globais o que qualquer outro esteja fazendo de errado, seja em que parte for (CASTELLS apud RUDIGER, 2001, p. 142).

O terceiro elemento que resgato de Castells é a sua descrição da nova empresa sob a lógica da “sociedade em rede”, integrada e conectada pelas redes telemáticas.

Como o potencial de realização de valor do trabalho e das organizações é muito dependente da autonomia de profissionais esclarecidos para tomadas de decisão em tempo real, o gerenciamento disciplinar tradicional de trabalhadores não se adapta ao novo sistema produtivo. Em vez disso, há necessidade de mão-de-obra qualificada para gerenciar seu tempo de maneira flexível, algumas vezes acrescentando mais horas de trabalho, outras adaptando-se a cronogramas flexíveis, em alguns casos com redução de horas de trabalho e, conseqüentemente, de salário (CASTELLS, 1999, p. 464).

Sua ênfase reside na nova configuração existencial, cultural e organizacional implicada pelo desenvolvimento e disseminação das novas tecnologias³. Já Boltanski e Chiapello (2009) iram afirmar que as análises que descrevem a história e a influência destas tecnologias são muito óbvias e superficiais. A estes, interessa descortinar a ideologia por trás do engajamento nas novas relações de trabalho e vida em rede, trazendo à luz o que chamam de “novo espírito do capitalismo”.

Ideologia aqui não tem o sentido necessariamente negativo de Marx, como uma imagem e ilusão distorcida do real. Para Boltanski e Chiapello, aproximando-se de autores como Louis Dumont, ideologia é um “conjunto de crenças compartilhadas, inscritas em instituições, implicadas em ações e, portanto, ancorada na realidade” (p. 33)⁴. A hipótese dos autores é que a assimilação da ideologia dominante leva ao engajamento na forma de trabalho predominante, já que as recompensas materiais, e de outros tipos, não seriam suficientes, segundo os mesmos, ao menos não para a dedicação apaixonada e o engajamento.

Os autores definem capitalismo a partir de uma “fórmula mínima que enfatiza a exigência de acumulação ilimitada do capital por meios formalmente pacíficos”, sendo o

³ Rudiger (2011, p. 145-159) cita como contraponto à esta tendência que chama de “tecnófila” outra, igualmente unilateral, tecnófoba, encampada por autores da economia política e da crítica a cibercultura de certo matiz marxista, que veriam nas novas tecnologia apenas uma forma de renovar e mesmo recrudescer a exploração do capital, apesar de alguns estarem cientes da disputa pela apropriação e de possíveis usos contra o Capital, como no movimento hacker. Mas essas iniciativas, em geral, estariam fadadas a ser subsumidas pela lógica de exploração do Capital. A maior autonomia não se converte em liberdade mas, aqui, em refinamento da exploração.

⁴ Inclusive, os autores manifestam uma postura que não considera as mudanças no capitalismo nem no registro do puro poder (tudo é poder, e as mudanças são um puro refinamento que aperfeiçoa o domínio e o poder), nem em uma ingênua crença em que só se há avanços normativos, desvinculados dos usos do poder. Nem tanto ao céu, nem tanto à terra.

“único objetivo que importa realmente: a transformação permanente do capital” (p.35), ou seja, a acumulação e transformação constante do volume de Capital como um fim em si.

Diferente de Max Weber, que busca identificar as origens e consolidação desta lógica capitalista cujo fim é, em si, irracional, Boltanski e Chiapello se debruçam na análise do seu desenvolvimento, identificando três diferentes espíritos do capitalismo sucessivos, cada um se formando a partir da crítica ao anterior e da incorporação de parte desta (essa proposição de que as mudanças no capitalismo se dão a partir da incorporação da crítica se coaduna com a hipótese, presente em Goffman e Joy (2004), de que os movimentos contraculturais são fundamentais para a mudança social, aqui não só do capitalismo, mas das sociedades em geral). Cada espírito gera o estímulo ao envolvimento e engajamento dos principais agentes econômicos⁵ em diferentes épocas, e se espalha pelo resto da sociedade como ideologia e ideal normativo, como também descreve Richard Sennet (2008) ao falar sobre a cultura do “Novo Capitalismo”.

O primeiro espírito se dirige à figura do “burguês empreendedor”, então o principal agente dinamizador da economia. Nos primórdios do capitalismo industrial, o dono das fábricas cuida diretamente da administração e tem uma relação pessoal e direta com os trabalhadores. O desafio aqui é engajá-lo na adoção das novas técnicas científicas de organização do trabalho, pautadas no taylorismo e posteriormente no fordismo, ou seja, no fatiamento e racionalização da produção. Ao mesmo tempo, este agente mantém uma vida pessoal tradicional e frugal, o que contribui para o acúmulo de capital a ser reinvestido no processo. A eficiência, em termos de aumento de produtividade, das novas técnicas de gestão e administração o estimulam a se engajar nessas práticas, já que o sucesso da sua empresa é também o seu, e se insere em um ideal de contribuição para o sucesso da economia como um todo, ou seja, em um horizonte de bem comum.

A eficácia deste modelo faz com que algumas fábricas e indústrias cresçam substantivamente, alcançando uma nova ordem de grandeza. Nestas, deixa-se de se ter apenas um dono que, além disso, se encarrega da chefia, e passa-se a se ter um grupo de acionistas como proprietários e que, além disso, não estão incumbidos da administração. Esta passa a estar a

⁵ No sentido dos que tem poder de tomada de decisão ou exercem mais autoridade no processo produtivo.

cargo de executivos (e, em ramos mais especializados, de engenheiros), que se tornam então os principais responsáveis pelo controle e tomadas de decisão sobre os rumos e desenvolvimento do processo produtivo, ou seja, tornam-se os principais agentes dinamizadores da economia. A estes, ao engajamento destes, então, se volta o espírito do capitalismo.

O segundo espírito do capitalismo parte da crítica à permanência das relações pessoais e dos critérios personalistas para a ascensão na empresa, apesar da adoção de técnicas científicas de organização. Defende-se que a organização da indústria deva se pautar em uma hierarquia impessoal, na qual a ascensão se dê pelo desempenho e mérito, e cujos principais administradores (e líderes) possam desfrutar de planos de carreira estáveis (já que não possuem os meios de produção). Assim, o estímulo ao engajamento dos executivos se dá pela perspectiva de ascensão na hierarquia baseada apenas em seu desempenho e na estabilidade da carreira.

O terceiro espírito (o “novo espírito do capitalismo”) irá radicalizar a crítica à hierarquia e introduzir uma série de demandas direcionadas desta vez à impessoalidade e à alienação do trabalho. O auge deste movimento de crítica se dá exatamente no movimento de contracultura dos anos 60 no ocidente, sendo o enfoque dos autores, na obra como um todo, os desdobramentos que se dão a partir do maio de 68.

Enquanto o segundo espírito critica a hierarquia na empresa na medida em que se pautar em critérios pessoais de ascensão, mas não critica a organização hierárquica e a autoridade em si, o “novo espírito” se volta contra toda hierarquia, autoridade e impessoalidade no trabalho (no sentido de que o trabalho deva ser significativo e gratificante em si, e não apenas mero meio para acúmulo de capital e ascensão de carreira).

Essa crítica, como apontado, não se restringe ao “mundo das idéias”. Os autores demonstram como a ascensão desta crítica se manifesta na própria negociação sindical, inclusive alcançando eventualmente o discurso do patronato. No pós-maio de 68, há uma queda acentuada de produtividade na França, principalmente por parte dos mais jovens. Faltas, abstenções e abandonos dos postos de trabalho são frequentes. Os patrões então oferecem os tipos de ganhos valorizados no segundo espírito do capitalismo, como aumento

de salários e planos de carreira. Mas a baixa produtividade e fuga de jovens continua. Por volta de meados dos anos 70, o próprio patronato incorpora as demandas que antes julgava subversivas em seu discurso, oferecendo ganhos no sentido das demandas (que passam a ser incorporadas até se tornarem o discurso hegemônico na gestão empresarial) que atendem os anseios de maior autonomia, envolvimento da subjetividade e flexibilização de horários e hierarquias. Dessa forma, tem-se a passagem do predomínio da “lógica industrial” em direção à consolidação da “lógica de rede”, e do prevalecimento do “mundo conexcionista” vivido sob a égide da “cidade por projetos” como ideal normativo.

A ascensão deste “novo espírito”, em confluência com o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, irá caracterizar as principais mudanças na sociedade e no mundo do trabalho em nível mundial⁶. Inúmeros autores e correntes, além dos já abordados, irão se debruçar sobre estas mudanças. Silvio Camargo aglutina, apesar das divergências, estes vários autores e correntes⁷ em torno da adoção do conceito de “trabalho imaterial” como categoria explicativa central.

André Gorz (2005, 1987) é aqui uma das principais referências. O autor descreve como o saber se torna o elemento central do trabalho. “Saber” difere de “conhecimento”, e enfatiza aprendizados não substituíveis, nem formalizáveis, frutos da experiência e vivência cotidiana, moldando a capacidade de comunicação e cooperação⁸.

Este perfil de trabalhador vai exatamente em direção aos atributos que, segundo Boklanski e Chiapello, são os mais valorizados no mundo conexcionista. Não mais o distanciamento e a objetivação do trabalho e do trabalhador, outros sim o pleno envolvimento de si e de sua subjetividade, o “investimento de si mesmo” como elemento fundamental. Não

⁶ Tomo uma mudança substantiva na sociedade globalizada e no mundo do trabalho propriamente como um pressuposto de trabalho, baseando-me numa série de autores, alguns dos quais discutidos neste artigo. Entendo que há uma mudança societária substantiva, mesmo que mantida dentro do registro e de uma lógica em última instância capitalista, mas com forças que tendem a se impor à lógica do Capital (como o movimento do software livre).

⁷ Como André Gorz, Daniel Bell e a sociedade pós-industrial, Frederic Jameson e o pós-modernismo, Antonio Negri, Michael Hardt, Mauricio Lazarrato, Giuseppe Cocco e a corrente do capitalismo cognitivo, Habermas e o capitalismo tardio, e etc.

⁸ (...) o saber de que se trata aqui não é composto por conhecimentos específicos formalizados que podem ser aprendidos em escolas técnicas. Muito pelo contrário, a informatização revalorizou as formas de saber que não são substituíveis, que não são formalizáveis: o saber da experiência, o discernimento, a capacidade de coordenação, de auto-organização e de comunicação. Em poucas palavras, formas de saber vivo adquiridos no trânsito cotidiano, que pertencem à cultura do cotidiano. (GORZ, 2005, p. 9)

há como mensurar ou predeterminar a incorporação do saber, e “toda produção, de modo cada vez mais prenunciado, se assemelha a uma prestação de serviços” Desse modo, para Gorz, o trabalho “deixa de ser mensurável em unidades de tempo. Os fatores que determinam a criação de valor são o ‘componente comportamental’ e a motivação, e não o tempo de trabalho dispêndio. São esses fatores que as empresas entendem como o seu ‘capital humano’”. (GORZ, 2005, p. 9-10)

Dessa forma, o “trabalho vivo” (capital variável) sobrepõe o “trabalho morto” (capital fixo). É possível identificar três dimensões implicadas no conceito de “trabalho imaterial”.

A primeira acentua as mudanças na criação de valor das mercadorias. Como o central na criação de valor passa a ser o simbólico, o que há de imaterial incorporado à mercadoria, através de propaganda e marketing assim como da criatividade e subjetividade (em design por ex.) do trabalhador, não é mais possível mensurar o tempo de trabalho incorporado à mercadoria (nem mesmo em termos de trabalho social, valor social médio), pois não há como mensurar a criação de valor simbólico e imaterial, e nem como mensurar o que cada trabalhador acrescenta à mercadoria de conhecimento, qualificação e saber, já que o acúmulo destes se dá de forma decisiva em ambientes informais e no âmbito do “mundo da vida”.

A segunda se refere à organização do trabalho, através da flexibilização de horários, hierarquias, maior autonomia no processo (controle por metas), incentivo à participação, envolvimento e expressão da subjetividade.

A terceira reflete o novo perfil esperado do trabalhador, que enfatiza o saber, a vivência, as habilidades de cooperação, comunicação, e toda bagagem intelectual e cultural que se possua, além do desapego a lugares, coisas e mesmo pessoas, o que propicia uma maior capacidade de circulação e mobilidade, geográfica e ocupacional.

Dada esta ênfase ao envolvimento com o trabalho e a expressividade, criatividade e subjetividade dos trabalhadores como principal fonte de capital, Gorz se coloca a questão: como ter pleno envolvimento em atividades alienantes? Cita como exemplo a atividade bancária, cuja maior produtividade apenas serve ao aumento da margem de lucro dos acionistas e a eventuais recompensas financeiras aos trabalhadores (como bônus de fim de

ano, por ex.), sendo a meta e a realização dos objetivos da empresa realizações que não têm, em si, valor para os trabalhadores. De sua parte, Gorz deixa a questão em aberto.

Tenho como hipótese, a partir da descrição de Putnam (2000) do engajamento na militância política em associações da sociedade civil nos EUA como algo em si estimulante (independente de se alcançar o objetivo visado, e como forma de tecer redes de reciprocidade), e da compreensão da produção cultural como uma atividade cujos fins são valorados em si (e não indiferentes, como o aumento da taxa de lucro dos acionistas de um banco), que o trabalho com cultura, e a imbricação deste com a militância política são gratificantes em si, e engendram a possibilidade de desenvolvimento de redes do que chamo aqui “militância laboral”, tomando como exemplo a rede Circuito Fora do Eixo.

A “militância laboral” decorre diretamente das implicações sociais, culturais e organizacionais advindas do surgimento e desenvolvimento do ciberespaço e da cibercultura (LÉVY, 1999; CASTELLS, 1999), assim como da reconfiguração da sociedade civil sob a lógica do que alguns autores denominam “Novos Movimentos Sociais”.

II

O movimento mundial de Contracultura que culmina, na França, no maio de 68, além da discutida confluência nas transformações do mundo do trabalho, se configura em um momento ímpar de reconfiguração e de atuação política da sociedade civil⁹.

Uma série de movimentos se consolida neste período, como o movimento feminista, o movimento negro¹⁰, o movimento ambientalista, etc. Segundo Maria Gohn (2012), a impossibilidade de compreender estes movimentos a partir da análise “clássica” marxista sobre movimentos sociais leva ao surgimento de uma corrente de teóricos europeus que se diferencia desta abordagem, formando o chamado “paradigma dos novos movimentos sociais” (NMS). Mesmo com amplas discrepâncias, os teóricos desta corrente partem de uma crítica à

⁹ Segundo Jeffrey Alexander (1997) o “termo movimentos sociais diz respeito aos processos não institucionalizados e aos grupos que se desencadeiam, às lutas políticas, às organizações e discursos dos líderes e seguidores que se formaram com a finalidade de mudar, de modo frequentemente radical, a distribuição vigente das recompensas e sanções sociais, as formas de interação individual e os grandes ideais culturais.”

¹⁰ Robert Putnam (2000) descreve o auge da criação de associações da sociedade civil no EUA na virada do século XIX para o XX, muitas das quais são precursoras, ou estão mesmo na raiz de alguns desses movimentos que, se não surgem, se consolidam e assumem outro patamar nos anos 60. É o caso do movimento feminista que, nos EUA, remonta ao movimento sufragista que remonta aos clubes de leitura.

abordagem marxista “tradicional” (chamada de “clássica” ou “ortodoxa”), apesar da apropriação de algumas de suas categorias e mesmo, no caso de Claus Offe, buscando uma atualização do marxismo. Este paradigma se caracteriza para Gohn, pela “construção de um modelo teórico baseado na cultura” (p.121), por uma reapropriação do conceito de “ideologia” (não mais entendido como falsa consciência), pelo resgate do nível micro e do papel e criatividade dos atores sociais, pela ênfase na centralidade analítica da política (e do poder não apenas em relação ao Estado, mas “na esfera pública da sociedade civil, nos termos de Foucault” (p.123)), e por uma perspectiva de análise que dá prioridade a dois aspectos: a análise dos atores sociais sob o prisma das “suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo”. A lógica criadora da identidade coletiva se impõe sobre a racionalidade instrumental ou estratégica, defendida pelo paradigma americano¹¹.

A diferença em relação aos movimentos sociais “tradicionalistas” seria a ausência de uma base claramente classista e a presença de interesses difusos. Segundo a autora, destacam-se nesta corrente - que teria como principais matrizes teóricas Weber, Marx, Habermas, Foucault, Guattari e Goffman -, Alain Torraine, na França, Alberto Melucci, na Itália, e o neomarxista Claus Offe, na Alemanha. Para meus propósitos, me deterei nas formulações deste último.

Em seu longo artigo “New Social Movements: challenging the boundaries of institutional politics”¹², Offe (1985), para caracterizar as especificidades dos novos movimentos sociais¹³, parte de uma definição de paradigma como sendo a “configuração de atores, questões, valores, e modos de ação em conflitos sociopolíticos” (p.832). Após apresentar em detalhes estes diferentes elementos para cada paradigma, resume-os em um quadro da seguinte forma:

O velho paradigma tem como atores: grupos socioeconômicos atuando no interesse do grupo e envolvido em conflitos distributivos; como questões: o crescimento e distribuição

¹¹ “Nos NMS, a identidade é parte constitutiva da formação dos movimentos, eles crescem em função da defesa dessa identidade. Ela se refere à definição dos membros, fronteiras e ações do grupo [...] e quais as paixões que motivam os diferentes atores sociais [...]” (p.124).

¹² Traduções minhas.

¹³ Começa citando Raschke, que caracteriza o paradigma dos “novos movimentos sociais” como o paradigma do “estilo de vida” ou “modo de vida” (p. 820).

econômicos; como valores: a liberdade e a segurança do consumo privado e do progresso material; como modos de ação: (a) internamente: organizações formais, associações representativas em larga escala e (b) externamente: intermediação de interesses pluralistas ou corporativistas, competição partidária e majoritária.

O novo paradigma tem como atores: grupos socioeconômicos que não agem como tal, mas em benefício de coletividades indistintas (ascriptive collectivities); como questões: a preservação da paz, do meio ambiente, dos direitos humanos e de formas não-alienadas de trabalho; como valores: a autonomia e identidade pessoais, em oposição a controles centralizados; e como modos de ação: (a) internamente: informalidade, espontaneidade, baixo nível de diferenciação horizontal e vertical e (b) externamente: protestos políticos baseados em demandas formuladas em termos predominantemente negativos.

Dessa forma, apesar de ser possível identificar as bases sociais dos NMS¹⁴ (ao contrário do que afirma Maria Gohn) em certas classes específicas, suas pautas e demandas são (e aqui está sua especificidade) transclassistas. Ou as demandas são universalistas (como no movimento ambientalista e no de direitos humanos) ou particularistas (não a uma classe, mas a uma localidade, uma minoria, etc)¹⁵.

O autor destaca entre os NMS quatro movimentos que considera principais (tanto pelo “sucesso de sua mobilização qualitativa como por seu impacto político manifesto”): os movimentos ecológicos ou ambientalistas; os movimentos por direitos humanos (com destaque para o movimento feminista); os movimentos pacifistas; e os “movimentos que advogam ou se engajam em modos ‘alternativos’ e ‘comunais’ de produção e distribuição de bens e serviços” (p.828). Este último tipo de NMS é o que me interesse mais de perto¹⁶.

¹⁴ Em termos de composição social, os novos movimentos sociais estariam enraizados majoritariamente em uma “nova classe média”, caracterizada por possuir um alto nível educacional, uma relativa segurança econômica, e uma tendência a ocupar cargos em ocupações de serviço pessoal. Além dos “radicais de classe média”, os NMS também apresentam em sua composição outros estratos da sociedade, a saber, grupos periféricos e “descomodificados” (como donas de casa de classe média, estudantes, aposentados, jovens trabalhadores precários), e elementos da “velha classe média” (como pequenos fazendeiros, donos de lojas e artesãos).

¹⁵ “[...] novos movimentos sociais politicamente relevantes podem ser definidos como aqueles movimentos que clamam serem reconhecidos como atores políticos pela comunidade mais ampla – apesar de suas formas de ação não gozarem da legitimidade conferida às instituições políticas estabelecidas – e cujo alvo são objetivos cuja realização deve ter efeitos aglutinadores para a sociedade como um todo e não apenas para o grupo ele mesmo” (p.828).

¹⁶ Outra característica nos NMS que destaco como relevante, na descrição de Offe, é o fato de que os NMS estão além da dicotomia público-privado. “O novo paradigma divide o universo de ação em três esferas (privada VS. Política não

Antes de retornar a ele, é necessário apresentar a caracterização da cibercultura como ancorada em um movimento social.

Pierre Lévy (1999), um dos mais conhecidos teóricos (e utopistas) da cibercultura, associa o surgimento desta à atuação do que chama “[...] um verdadeiro movimento social, com seu grupo líder (a juventude metropolitana escolarizada), suas palavras de ordem (interconexão, criação de comunidades virtuais, inteligência coletiva) e suas aspirações coerentes”. (p. 125)

Sem entrar no mérito da definição (implícita) que Lévy adota de “movimento social”, sua compreensão da própria cibercultura como fruto de um movimento social interessa diretamente à presente discussão.

Apesar de um grande entusiasta e de explícita e conscientemente dar ênfase às potencialidades positivas da cibercultura, e de atribuir valor à interconexão em si, Lévy está ciente das apropriações políticas e econômicas da mesma, e dos seus possíveis usos como mecanismo de poder (RUDIGER, 2011, P.160-170). Assim, tem como mérito um horizonte realista, afirmando que, apesar das infinitas possibilidades positivas, a apropriação e desenvolvimento das implicações sociais e culturais neste sentido faz parte de um processo em disputa. Deixa claro que o uso da técnica não se dá a partir de implicações necessárias à sua “natureza”, mas sim de um desejo coletivo, como o desejo de autonomia e potência individual na aurora da indústria automobilística. Ressalta, ademais, que uma infra-estrutura não é um dispositivo, citando o exemplo dos correios. Já existente em termos técnicos há alguns milênios, só assume as características que conhecemos com o desenvolvimento do individualismo moderno e do anseio por comunicação recíproca generalizada. Este último anseio, somado ao desejo de uma inteligência coletiva, segundo o autor, estariam na raiz da formação da cibercultura a partir do desenvolvimento do ciberespaço (LÉVY, 1999, p. 125-136).

Como já mencionado de passagem em Castells, o desenvolvimento do ciberespaço como conhecemos e da cibercultura estão vinculados a inovadores contraculturais que

constitucional VS. Política institucional) e reivindica a esfera da ‘ação política na sociedade civil’ como seu espaço, de onde desafia práticas e instituições tanto privadas quanto político-institucionais” (p. 832).

buscavam disponibilizar as novas tecnologias para além de seu uso por militares, grandes empresas e burocracias, assim como especialistas informatas. Lévy identifica no movimento social californiano “Computers for People” um elemento fundamental para a transformação do significado social da informática no sentido da informática pessoal¹⁷, e um crescimento da comunicação baseada na informática como sendo iniciado “por um movimento de jovens metropolitanos cultos que veio a tona no final dos anos 80 [...] em sua maioria anônimos, amadores dedicados a melhorar constantemente as ferramentas de software de comunicação [...]”.

Assim como a correspondência entre indivíduos fizera surgir o “verdadeiro” uso do correio, o movimento social que acabo de mencionar inventa provavelmente o “verdadeiro” uso da rede telefônica e do computador pessoal: o ciberespaço como prática de comunicação interativa, recíproca, comunitária e intercomunitária, o ciberespaço como horizonte de mundo virtual vivo, heterogêneo e intotalizável no qual cada ser humano pode participar e contribuir (p.128).

Deixando de lado o idealismo e a desconsideração, por parte do autor, do ciberespaço como potencial agravador de conflitos e agressões mútuas, assim como ferramenta para inúmeros tipos de controle com fins econômicos e políticos¹⁸, a sua caracterização de um movimento responsável pela difusão e pelo sentido “ideal” que a cibercultura assume, além da descrição dos três princípios (interconexão, criação de comunidades virtuais, inteligência coletiva) que, segundo o autor, orientam o crescimento inicial do ciberespaço, se mostram assaz interessantes, em especial à caracterização da apropriação midiativista contemporânea do ciberespaço¹⁹, como a realizada nas jornadas de junho no Brasil.

Mesmo como movimento social, a cibercultura não se dirige a um conteúdo particular, mas ao fortalecimento da comunicação “rizomática”²⁰. Assim, permite a multiplicação de toda sorte de coletivo. Permite inclusive a confluência de âmbitos distintos de vivência e ação, como tenho proposto.

¹⁷ “Seu inventor e principal motor foi um movimento social visando a reapropriação em favor dos indivíduos de uma potência técnica que até então havia sido monopolizada por grandes instituições burocráticas” (p.127).

¹⁸ Além das limitações políticas decorrentes do fato de plataformas digitais para redes sociais (como Facebook e Twitter) serem empresas privadas.

¹⁹ “Está claro, o movimento social e cultural que o ciberespaço propaga, um movimento potente e cada vez mais vigoroso, não converge sobre um conteúdo particular, mas sobre uma forma de comunicação não midiática, interativa, comunitária, transversal, rizomática” (p.134).

²⁰ “As comunidades virtuais parecem ser um excelente meio (entre centenas de outros) para socializar, quer suas finalidades sejam lúdicas, econômicas ou intelectuais, quer seus centros de interesse sejam sérios, frívolos ou escandalosos” (p.135).

O ciberespaço surge como a ferramenta de organização de comunidades de todos os tipos e de todos os tamanhos em coletivos inteligentes, mas também como instrumento que permite aos coletivos inteligentes articularem-se entre si. Deste ponto em diante, são as mesmas ferramentas materiais e de software que suportam a política interna e a política externa da inteligência coletiva: Internet e Intranet [uso de protocolos típicos dentro de uma organização ou rede de organizações] (p.135)

III

A rede “Circuito Fora do Eixo”, apresentada sucintamente na introdução, expressa na vivência e no discurso de seus agentes a confluência destes diferentes âmbitos do processo mais amplo de mudança societal contemporânea e de incorporação da crítica, levado aqui às últimas conseqüências e, quiçá, retomando o espírito original do momento de culminância da crítica à civilização ocidental, para além de sua apropriação pela lógica do Capital, ao se consolidar como uma rede de militância laboral. Defino esta como uma rede cuja atividade implica em que todos (ou parte) de seus agentes militem por uma (ou inúmeras) causa (s) e não precisam se dedicar (majoritariamente) a outra atividade para sobreviver, a própria atividade econômica, ademais, se inserindo em um horizonte de engajamento militante.

Segundo Putnam (2000), o grande dilema de quem se dedica à militância na sociedade civil é, em geral, a impossibilidade de dedicação integral à mesma, ocasionando uma série de conflitos existenciais, na medida do engajamento e da experiência que a militância traz em si mesma como satisfatória. Perder ou ganhar a causa não é o principal, mas se envolver, tecer e fortalecer redes de reciprocidade, se sentir responsável pela defesa de uma causa justa.

Na vivência do Fora do Eixo trabalho e militância política se tornam atividades indistintas. Mesmo não havendo retorno financeiro das atividades militantes em si, os momentos destas, nas redes e nas ruas, nas casas ou nas manifestações, não se diferenciam das atividades de produção de eventos, como nos festivais que apresentam uma série de momentos de cunho militante, como mesas redondas, intervenções e vivências que muitas vezes não se relacionam com produção artística e afins²¹ e, por outro lado, levando em conta a valorização da cultura como uma pauta de militância em si. A reverberação no ciberespaço destes inúmeros níveis de ação é essencial, e inúmeros meios são utilizados aqui nesse sentido (como tuitaços, ondas de divulgação (seja de eventos, pautas políticas ou denúncias), articulação e mobilização virtual (por uma causa, pauta, denúncia ou evento). Mais do que

²¹ Ressalto que este modelo é hoje muito comum, seja em pequenos, médios ou grandes festivais, não sendo de forma alguma exclusivo ao FDE.

isso, o ciberespaço e a cibercultura são condições necessárias, embora não suficientes, para este tipo de movimento.

Por fim, a Mídia Ninja se notabilizou pelo protagonismo militante midiativista, cobrindo manifestações em tempo real, por muitas horas e até dias de forma ininterrupta, com picos de 10, 20, 100 mil espectadores. Esbocei um pouco desta história do FDE e Mídia Ninja alhures (GRILLO, 2014). Por aqui, concluo retomando o conceito de “militância laboral” como forma de caracterizar esta atividade, vivida por agentes do FDE e da Mídia Ninja, de diluição das fronteiras entre tempo de trabalho e tempo de militância, e mesmo da contaminação, nas atividades econômicas e/ou na produção que transcende a lógica monetária (troca de serviços sem mediação financeira), do mesmo espírito e nível de envolvimento típicos dos militantes. Nesse sentido, a causa é a vida.

Referências:

ALEXANDER, J. Ação coletiva, Cultura e Sociedade Civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 13, Nº37, 1997.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009

BECKER, H. Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BOURDIEU, P. Meditações Pascalianas. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2001.

CASTELS, M. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COCCO, G. et all (orgs.) Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DE MARCHI, L. Do marginal ao empreendedor: transformações no conceito de produção fonográfica no Brasil. Revista Eco-pós, vol.9 nº1, 2006.

GOFFMAN, K.; JOY, D. Counterculture through the ages: from Abraham to acid house. U.S.A.: Villard Books, 2004.

GOHN, M.G. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GOHN, M.G.; BRINGEL, B. (orgs.) Movimentos sociais na era global. Petrópolis: Vozes, 2012.

GORZ, A. Adeus ao proletariado: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

- GORZ, A. *Metamorfoses do Trabalho*. São Paulo: Annablume, 2007.
- GORZ, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- GODBOUT, J. *O espírito da Dádiva*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- GRILLO, A. *Cultura, Arte e trabalho imaterial: a Produção Cultural e as mudanças no mundo do trabalho*. Anais da III Jornada de Ciências Sociais da UFJF, 2014. <https://www.academia.edu/9071068/Cultura_Arte_e_trabalho_imaterial_a_Produ%C3%A7%C3%A3o_Cultural_e_as_mudan%C3%A7as_no_mundo_do_trabalho>
- HARVEY, D. et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HONNETH, A. *Luta por Reconhecimento a gramática moral dos conflitos* São Paulo: ED 34, 2003.
- LEMOES, A. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- LENTIN, A. *Structure, Strategy, Sustainability: What Future for New Social Movement Theory?* Sociological Research Online, vol. 4, no. 3, 1999.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- KEROUAC, J. *On the Road (Pé na estrada)*. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- MARCUSE, H. *Eros e Civilização*. Rio de Janeiro: ETC, 1999a.
- MARCUSE, H. *A Grande Recusa hoje*. Petrópolis: Vozes, 1999b.
- MARCUSE, H. *A ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naiff, 2003.
- OFFE, C. *New Social Movements: challenging the boundaries of institutional politics*. *Social Research*, 52:4, 1985.
- PUTNAN, R. *Bowing Alone: the collapse and revival of American Community*. New York, USA: Simon & Schuster Paperbacks, 2000.
- ROZAK, T. *A Contracultura: Reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- RUDIGER, F. *As teorias da Cibercultura: perspectivas, questões e autores*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- SENNET, R. *A Cultura do Novo Capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- WEIR, L. *Limitations of New Social Movements Analysis*. *Studies in Political Economy*, 40, 1993.
- WILLER, C. *Geração Beat*. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- VAZ, G.N. *História da Música Independente*. Brasília: Brasiliense, 1989.